



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE SECRETÁRIO AUXILIAR
DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TURVÂNIA

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES:

1. LEIA SOMENTE ESTA FOLHA DE INSTRUÇÕES. Leia as demais folhas deste caderno somente após a autorização do fiscal para o início da prova.
 2. Você receberá do fiscal:
 - a) 01 (um) caderno de questões;
 - b) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova objetiva;
 - c) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova discursiva;
 - d) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova de redação.
 3. O caderno de questões contém:
 - a) 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta;
 - b) 01 (uma) prova discursiva com 02 (duas) questões;
 - c) 01 (uma) proposta de redação.
 4. **SOMENTE APÓS O INÍCIO DA PROVA:** verifique se a numeração das questões e a paginação do caderno de questões estão corretas. Você dispõe de 05 (cinco) horas para fazer as provas, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento das folhas de respostas da prova discursiva e de redação.
 5. Deixe sobre a carteira apenas a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente. Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
 6. Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação.
 7. Você poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas somente na companhia de um fiscal.
 8. Somente após 01 (uma) hora do início da prova você poderá entregar as folhas de resposta e retirar-se da sala.
 9. Somente após 03 (três) horas do início da prova será permitido levar este caderno de provas.
 10. As folhas de respostas não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
 11. Após o término da prova, entregue ao fiscal as folhas de respostas assinando somente a referente à prova objetiva. As demais não devem conter assinatura ou qualquer sinal de identificação.
-

LÍNGUA PORTUGUESA

10 Questões

Questão 01

Analise as sentenças a seguir:

I - Refiro-me àquelas pessoas que vieram e às que faltaram.

II - O momento de silêncio era feito à meia-noite.

III - Fiquei à distância de vinte metros.

IV - Irei à Itália no próximo ano.

Pode-se concluir que:

- a) Apenas a sentença II não deve ter crase.
- b) As sentenças II e III não devem ter crase.
- c) Todas as sentenças devem ter crase.
- d) Nenhuma das sentenças deve ter crase.

Questão 02

De acordo com a norma culta, assinale a alternativa que contém as expressões que preenchem corretamente as lacunas das frases abaixo:

I - O diretor já deu a ordem. Não vai _____?

II - A professora pediu a você. Vá _____!

III - Você ainda não pagou a dívida. Quando pretende _____?

IV - _____ que tudo por aqui corre como de costume.

- a) obedecer-lhe – chamá-los – pagá-la – Informo-lhe.
- b) obedecê-lo – chamá-lo – pagá-la – Informo-lhe.
- c) obedecer-lhe – chamá-los – pagá-la – Informo-o.
- d) obedecê-lo – chamá-lo – pagá-la – Informo-lhe.

Leia com atenção um fragmento extraído do romance denominado “O Cortiço”, escrito por Aluísio de Azevedo em 1890, como expressão do movimento naturalista do Brasil, para responder as perguntas abaixo:

Acovardado defronte destes raciocínios, contentou-se com uma simples separação de leitos, e os dois passaram a dormir em quartos separados. Não comiam juntos, e mal trocavam entre si uma ou outra palavra constrangida, quando qualquer inesperado acaso os reunia a contragosto. Odiavam-se. Cada qual sentia pelo outro um profundo desprezo, que pouco a pouco se foi transformando em repugnância completa. O nascimento de Zulmira veio agravar ainda mais a situação; a pobre criança, em vez de servir de elo aos dois infelizes, foi antes um novo isolador que se estabeleceu entre eles. Estela amava-a menos do que lhe pedia o instinto materno por supô-la filha do marido, e este a detestava porque tinha convicção de não ser seu pai. Uma bela noite, porém, o Miranda, que era homem de sangue esperto e orçava então pelos seus trinta e cinco anos, sentiu-se em insuportável estado de lubricidade. Era tarde já e não havia em casa alguma criada que lhe pudesse valer. Lembrou-se da mulher, mas repeliu logo esta ideia com escrupulosa repugnância. Continuava a odiá-la. Entretanto, este mesmo fato de obrigação em que ele se colocou de não servir-se dela, a responsabilidade de desprezá-la, como que ainda mais lhe assanhava o desejo da carne, fazendo da esposa infiel um fruto proibido. Afinal, coisa singular, posto que moralmente nada diminuísse a sua repugnância pela perjura, foi até o quarto dela. A mulher dormia a sono solto. Miranda entrou pé ante pé e aproximou-se da cama. “Devia voltar!...pensou. Não lhe ficava bem aquilo!...” Mas o sangue latejava-lhe, reclamando-a. Ainda hesitou um instante, imóvel, a contemplá-la no seu desejo. Estela, como se o olhar do

marido lhe apalpasse o corpo, torceu-se sobre o quadril da esquerda, repuxando com as coxas o lençol para a frente e patenteando uma nesga de nudez estofada e branca. O Miranda não pôde resistir, atirou-se contra ela, que, num pequeno sobressalto, mais de surpresa que de revolta, desviou-se, tornando logo e enfrentando com o marido. E deixou-se empolgar pelos rins, de olhos fechados, fingindo que continuava a dormir, sem a menor consciência de tudo aquilo.

Fonte: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/cortico.pdf. Acessado 03/06/2022

Questão 03

Ao ler e interpretar atentamente o texto, acima reproduzido, **não** se pode concluir que:

- a) O nascimento de Zulmira acentuou o sentimento de repugnância que Miranda e Estela nutriam um pelo outro.
- b) Miranda e Estela formavam um casal que habitava na mesma residência em quartos separados.
- c) Miranda repugnava Zulmira porque era apaixonado por Estela.
- d) Estela fingiu continuar dormindo quando Miranda foi até seu quarto e atirou-se contra ela.

Questão 04

O vocábulo, utilizado no texto acima, denominado “lubricidade”, tem como sinônimo a seguinte palavra:

- a) Vulnerabilidade.
- b) Lascívia.
- c) Debilidade.
- d) Melindre.

Leia o texto abaixo para responder às questões 05 e 06:

Em 13 de maio de 2008, comemoraram-se os 120 anos da assinatura da lei Áurea pela princesa Isabel, que ocupava então a Regência do Império do Brasil, em virtude de um tratamento de saúde que seu pai, o imperador dom Pedro 2º, realizava na Europa. A data está um pouco desprestigiada desde a década de 1970, quando os movimentos negros brasileiros resolveram instituir um dia da consciência negra para ressaltar o papel dos próprios negros no processo de sua emancipação. Assim, o dia 20 de novembro, que relembra a execução de Zumbi, seria um contraponto ao 13 de maio. De acordo com essa perspectiva, o 13 de maio seria uma data que representaria a abolição como um ato de “generosidade” da elite branca e transformaria a princesa na personagem principal da libertação dos escravos. Ao contrário, o 20 de novembro, homenageando Zumbi e o quilombo de Palmares, seria um símbolo da resistência e da combatividade dos negros, que, de fato, não aceitaram passivamente a escravidão. Aos poucos, o dia nacional da consciência negra ganhou prestígio, até ser incluído no calendário escolar brasileiro, pelo artigo 79-B, da lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que incluiu no currículo escolar a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira”. Tornou-se também, segundo a Agência Brasil, um feriado em 225 municípios brasileiros, inclusive São Paulo, a maior metrópole do país.

A questão que se pode levantar a partir disso é: há ou não motivos para a comemoração do 13 de maio? A efeméride tem, sim, seu valor histórico. Ela comemora a vitória do movimento abolicionista e do parlamento brasileiro. A campanha abolicionista, um dos maiores movimentos cívicos da história do Brasil, ao lado da campanha pelas Diretas Já, atingiu o êxito no exato momento em que a princesa Isabel assinou a célebre lei. Por outro lado, é importante ter em mente que a história trata de fatos do passado, mas as interpretações desses fatos dependem da época em que elas são feitas. O significado dos fatos, portanto, varia de acordo com as gerações de historiadores que se debruçam sobre e, também, segundo a ideologia que está por trás

de suas interpretações. Assim, o que se valoriza numa determinada época, pode simplesmente ser considerado menos importante ou até se pôr de lado numa ocasião posterior. Um outro exemplo da história ajuda a esclarecer a questão: a comemoração de 21 de abril, que relembra o martírio de Tiradentes só passou a existir após a Independência do Brasil. Enquanto éramos colônia portuguesa, Tiradentes não era considerado um herói, muito pelo contrário.

Enfim, a lei Áurea serviu para libertar 700 mil escravos que ainda existiam no Brasil em 1888 e proibir a escravidão no país. Independentemente disso, não se pode deixar de reconhecer que a abolição não resolveu diversas questões essenciais acerca da inclusão dos negros libertos na sociedade brasileira. Depois da lei Áurea, o Estado brasileiro não tomou medidas que favorecessem sua integração social, abandonando-os à própria sorte. Essa dívida social, porém, não pode ser imputada somente à princesa Isabel e à monarquia. A situação social dos negros não melhorou com a República. Sobre isso, o Estado só veio a se pronunciar com mais veemência no ano 2003, com a instituição da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que tem desenvolvido projetos visando a inclusão social do negro. Apesar disso, as estatísticas do IBGE ainda registram grande desigualdade em relação a negros e brancos. Alguns exemplos referentes à educação são bastante significativos. Os dados mais recentes apontam a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos de idade ou mais: 8,3% de brancos e 21% de negros.

A média de anos de estudo das pessoas com 10 anos de idade ou mais é de quase seis anos para os brancos e cerca de três e meio para negros. Enquanto 22,7% dos brancos com 18 anos ou mais concluíram o ensino médio, somente o fizeram 13% dos negros.

(Fonte: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/lei-aurea-120-anos-o-13-de-maio-e-mesmo-uma-data-a-ser-comemorada.html> - acessado em 13/05/22).

Questão 05

Assinale a alternativa que contém uma interpretação equivocada do texto:

- a) A efeméride de 13/05, data da assinatura da lei Áurea, está um pouco desprestigiada desde a década de 1970, quando os movimentos negros brasileiros resolveram instituir um dia da consciência negra para ressaltar o papel dos próprios negros no processo de sua emancipação.
- b) O dia 20 de novembro, que relembra a execução de Zumbi, seria um contraponto ao 13 de maio, pois esta seria uma data que representaria a abolição como uma benevolência da elite branca e transformaria uma pessoa branca na personagem principal da libertação dos escravos.
- c) O dia nacional da consciência negra ganhou prestígio, até ser incluído no calendário escolar brasileiro, pelo artigo 79-B, da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que incluiu no currículo escolar a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira", diferente do dia 13 de maio que sequer pode virar feriado em nosso país.
- d) A média de anos de estudo das pessoas com 10 anos de idade ou mais é de quase seis anos para os brancos e cerca de três e meio para negros. Enquanto 22,7% dos brancos com 18 anos ou mais concluíram o ensino médio, somente o fizeram 13% dos negros.

Questão 06

Assinale a alternativa que contém informações **não** contidas no texto:

- a) A data de 13 de maio, que comemora a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, tem seu valor histórico, pois comemora a vitória do movimento abolicionista e do parlamento brasileiro.
- b) A lei Áurea serviu para libertar 700 mil escravos que ainda existiam no Brasil em 1888 e proibir a escravidão no país. Independentemente disso, pode-se reconhecer que a abolição não resolveu diversas questões essenciais acerca da inclusão dos negros libertos na sociedade brasileira. Depois

da lei Áurea, o Estado brasileiro foi omissivo na adoção de medidas que favorecessem sua integração social, abandonando-os à própria sorte.

- c) A campanha abolicionista foi um dos maiores movimentos cívicos da história do Brasil, ao lado da campanha pelas Diretas Já.
- d) A situação social dos negros não melhorou com a República. Sobre isso, o Estado só veio a se pronunciar com mais veemência no ano 2003, com a instituição da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que tem desenvolvido projetos visando a inclusão social do negro, com ações afirmativas, precipuamente, a instituição de cotas em concursos públicos e vestibulares. Apesar disso, as estatísticas do IBGE ainda registram grande desigualdade em relação a negros e brancos. Alguns exemplos referentes à educação são bastante significativos. Os dados mais recentes apontam a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos de idade ou mais: 8,3% de brancos e 21% de negros.

Questão 07

Analise a narrativa da seguinte situação e, em seguida, assinale a alternativa correta:

Aline, internada em um hospital, pede ao seu pai, por e-mail, que ele compre para ela o exemplar de um livro e verifique se nele foi publicado corretamente o artigo que ela havia escrito e, caso tenha sido publicado, que lhe envie ao hospital. Alguns dias depois, seu pai responde: 'Querida filha, não me esqueci do exemplar de seu livro. Já o comprei.'

Na referida situação há uma falha de comunicação, que é devida ao seguinte fato:

- a) Aline é pouco objetiva em sua solicitação.
- b) O pai presta informações insuficientes a Aline.
- c) O pai mentiu sobre o fato de ter comprado o exemplar de livro.
- d) O pai constrói sua resposta com ambiguidade.

Questão 08

Em um programa de entretenimento da televisão, a apresentadora afirmou sobre uma determinada cantora: 'Ela tem muito dinheiro, mas é muito infeliz.'

A frase abaixo em que o termo "mas" apresenta idêntico significado ao deste caso é:

- a) Mas você tá muito elegante e bem vestida, minha amiga!
- b) Mas como você soube disso?
- c) Não somente a tia mas os primos também compareceram.
- d) O livro é bom, mas lento e monótono.

Questão 09

Assinale a alternativa em que nem todas as palavras estão escritas de forma correta:

- a) anarquizar – catalisar – frisar
- b) paralisar – deslizar – amenizar
- c) alizar – motorizar – improvisar
- d) avisar – cicatrizar – matizar

Questão 10

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas de forma correta:

- a) caixa – orichá – chícara
- b) vexame – xale – encharcar

- c) abacaxi – encherto – enxaguar
d) enchame – enchaqueca – enxovalhar

MATEMÁTICA

05 Questões

Questão 11

Analise a seguinte expressão algébrica:

$$25x^2 + 10x + 1$$

Fatorando essa expressão, temos o seguinte resultado:

- a) $(5x + 1)^2$
b) $x(25x + 10)$
c) $(x + 5)(1 + x)$
d) $5x(5x + 2)$

Questão 12

Sobre o número 2, é correto afirmar que:

- a) é um número composto, pois é divisível por 2.
b) é o único número natural par que é primo.
c) é um número primo, pois é o menor número par maior que 1.
d) não é primo por ter um único divisor, que é ele mesmo, e não é composto por ter menos de dois divisores.

Questão 13

Em uma indústria, o setor de qualidade constatou que de um lote com 4.500 peças, 180 apresentavam algum defeito. Para um lote ser aprovado é necessário que o número de peças com defeito seja inferior a 3%. Neste caso, o lote foi aprovado ou reprovado?

- a) Aprovado com 1% de peças com defeito.
b) Aprovado com 2% de peças com defeito.
c) Reprovado com 3% de peças com defeito.
d) Reprovado com 4% de peças com defeito.

Questão 14

Uma empresa de ônibus dispõe de uma frota de 58 ônibus para atender à população de Goiânia-GO e Turvânia-GO. Para circular pela cidade de Goiânia-GO, os moradores contam com 40 desses ônibus. No entanto, se quiserem ir de uma cidade para outra, contam com 12 ônibus, que circulam em Goiânia-GO e Turvânia-GO. A quantidade de ônibus que essa empresa oferece aos moradores de Turvânia-GO é de:

- a) 6.
b) 18.
c) 26.
d) 30.

Questão 15

Um tênis custa R\$400,00 e é vendido com descontos sucessivos de 10% e 7%. Qual é o preço de venda do tênis após esses descontos?

- a) R\$332,00
- b) R\$334,80
- c) R\$468,00
- d) R\$360,00

HISTÓRIA DO BRASIL

05 Questões

Questão 16

A Revolução Pernambucana de 1817 foi um movimento que aconteceu na Capitania de Pernambuco durante o período colonial do Brasil.

Acerca desse movimento, é correto afirmar, **exceto**:

- a) Tratou-se de um movimento de caráter separatista e republicano, por meio do qual se manifestou a insatisfação local com o controle de Portugal sobre a região e com as desigualdades sociais existentes.
- b) A Revolução Pernambucana foi um movimento que se inspirou nos ideais liberais difundidos à época pelo Iluminismo.
- c) A Revolução Pernambucana, apesar de conseguir superar a fase conspiratória e deflagrar, de fato, a revolução, não evoluiu sequer para a instalação de um governo provisório.
- d) A Revolução Pernambucana iniciou-se no dia 6 de março de 1817 e a derrota dos revolucionários aconteceu oficialmente no dia 20 de maio de 1817, com os principais nomes da Revolução Pernambucana sendo severamente punidos.

Questão 17

Assinale a alternativa correta acerca da Constituição de 1824:

- a) Dom Pedro I recebeu amplos poderes por meio da Constituição de 1824, governando o Império brasileiro de forma democrática.
- b) A Constituição de 1824 estabeleceu no Brasil uma monarquia constitucional hereditária e representativa.
- c) A Constituição de 1824 instalou o Poder Moderador, o voto secreto e democrático, o catolicismo como religião oficial do Estado, entre outras medidas.
- d) A Constituição de 1824 foi outorgada pela Assembleia Constituinte de 1823.

Questão 18

A Primeira República ficou muito marcada por diferentes movimentos sociais e pequenos conflitos que eclodiram, manifestando a insatisfação popular e os diferentes interesses em disputa em nossa sociedade. Entre os movimentos listados a seguir, qual não se passou durante a Primeira República:

- a) Revolução Praieira
- b) Revolução Federalista
- c) Revolta da Armada
- d) Revolta da Chibata

Questão 19

“Trata-se de doutrina e prática política consistente em fazer a defesa das camadas menos privilegiadas da população, explorando suas emoções e simpatias com objetivos políticos. No Brasil, surgiu com Getúlio Vargas e os políticos a ele relacionados. Getúlio Vargas manipulava as vontades do povo, da oligarquia cafeeira e da burguesia industrial que então surgia, e assim manteve o poder por quinze anos.” O texto refere-se a (ao):

- a) Nacionalismo.
- b) Fascismo.
- c) Populismo.
- d) Democracia.

Questão 20

Os direitos políticos são prerrogativas relacionadas à cidadania, isto é, atributos assegurados a uma determinada categoria de nacionais, os cidadãos, que oportunizam a participação no Governo do país. Nesse contexto e com base na Constituição da República de 1988, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

II – O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos.

III – O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item III está correto.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

GEOGRAFIA

05 Questões

Questão 21

Acerca da organização política e administrativa do Brasil, pode-se fazer as seguintes afirmações:

I - O Brasil é um país federativo formado por 5.570 municípios, 27 unidades da federação (26 estados mais o Distrito Federal) e a União.

II - Ser um país federativo significa que a organização político-administrativa é contemplada por diferentes níveis de governo, com diferentes níveis de autonomia para governar o seu respectivo território.

III - O federalismo garante uma autonomia com interdependência, ou seja, os governos locais como estados e municípios são autônomos em relação ao governo central, que é a União, mas eles também interagem entre si e produzem ações conjuntas.

IV - A organização político-administrativa do Brasil se justifica diante da presença de heterogeneidades no território, eis que a federação permite garantir a expressão dessas diversidades e ao mesmo tempo resguarda uma unidade entre elas.

- a) Nenhuma das alternativas está correta.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.

d) Apenas as alternativas II e III estão corretas.

Questão 22

Assinale a alternativa correta acerca da paisagem cultural, também chamada de “paisagem humanizada” ou de “paisagem geográfica”:

- a) A paisagem cultural não apresenta alteração ao longo do tempo.
- b) A paisagem cultural é constituída apenas por elementos culturais, que são aqueles construídos (criados) ou modificados pela ação do ser humano. A paisagem cultural é, por conta disso, estática.
- c) A paisagem cultural é resultado da interação dos seres humanos com o seu ambiente natural, e é através delas que podemos perceber as diferentes formas com que a sociedade se relaciona com a natureza.
- d) A paisagem cultural é aquela formada por elementos da natureza, os quais sofreram pouca ou nenhuma interferência da ação humana.

Questão 23

Partindo de um ponto inicial A, Laura caminhou 4 km para leste, 2 km para sul, 3 km para leste, 6 km para norte, 6 km para oeste e, finalmente, 1 km para sul, chegando no ponto B. Artur partiu do mesmo ponto A de Laura percorrendo X km para norte e 1 km para a direção Y, chegando no mesmo ponto B em que Laura chegou. Sendo Y uma das quatro direções da rosa dos ventos (norte, sul, leste ou oeste), X e Y são, respectivamente:

- a) 6 e sul.
- b) 2 e norte.
- c) 4 e oeste.
- d) 3 e leste.

Questão 24

Sobre a sociedade de consumo, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Sociedade de consumo é o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida consumista, rejeitando todas as opções culturais alternativas.
- b) A questão ambiental está diretamente relacionada ao conceito de sociedade de consumo, uma vez que um dos efeitos do consumismo é a ampliação da exploração de recursos naturais para a geração de matérias-primas, voltadas à fabricação de mais mercadorias.
- c) A obsolescência perceptiva consiste em uma técnica de produção em que se busca que os produtos tenham um prazo de utilização reduzido, em razão de terem se tornado inutilizáveis ou obsoletos, objetivando que os consumidores os substituam por outros.
- d) A mídia exerce papel fundamental na sociedade de consumo, servindo para a disseminação de produtos destinados ao mercado consumidor.

Questão 25

Sobre os blocos econômicos, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

- I – Em 1991, em Assunção, capital paraguaia, os então presidentes do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai assinaram um acordo que visava à formação de um Mercado Comum do Sul, o Mercosul.
- II – Em 1957, o Tratado de Roma criou a Comunidade Econômica Europeia (CEE), que passou a ser o mais importante bloco de integração visto até então.

III – O Tratado de Roma estabeleceu um ousado calendário de atividades, tais como a unificação monetária, a criação da cidadania europeia e a livre circulação de pessoas no âmbito dos países que compõem a União Europeia.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item III está correto.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

INFORMÁTICA BÁSICA

05 Questões

Questão 26

Para marcar pastas sequenciais de um arquivo, você aciona o botão esquerdo do mouse e a tecla de atalho:

- a) Shift
- b) Tab
- c) Ctrl
- d) Alt

Questão 27

Assinale a alternativa correta sobre o software livre:

- a) O software livre requer permissão específica para que seus usuários e desenvolvedores tenham acesso ao código-fonte, para que possam realizar alterações da maneira que desejarem.
- b) Software Livre corresponde a todo programa de computador que pode ser executado, copiado, modificado e redistribuído sem que haja a necessidade da autorização do seu proprietário para isso.
- c) O software livre pode ser utilizado após o pagamento da licença ao desenvolvedor, além de permitir disponibilizar, estudar e editar o código-fonte do sistema.
- d) A liberdade de executar o software livre consiste em se permitir que qualquer tipo de pessoa física ou jurídica possa utilizá-lo em apenas um computador, sem nenhuma restrição imposta pelo fornecedor.

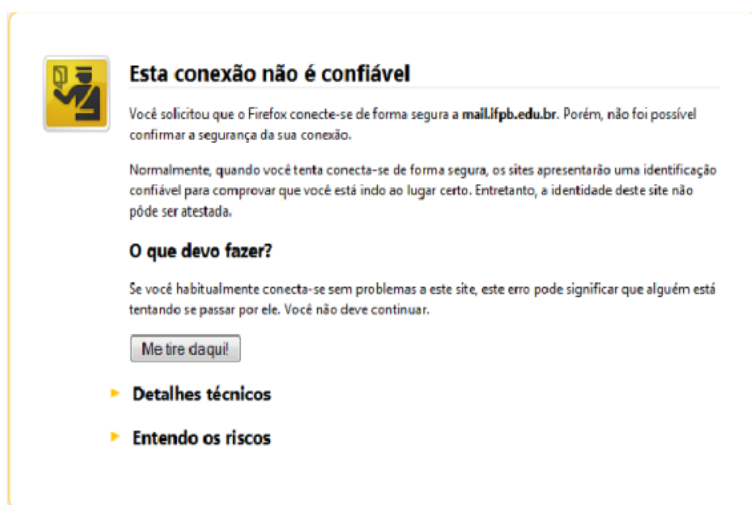
Questão 28

No Google Chrome, o atalho Ctrl+Shift+N abre uma nova janela incógnita. Com relação a essa janela, assinale a afirmativa correta.

- a) As informações de navegação do usuário não podem ser rastreadas.
- b) Nenhuma informação sobre o histórico de navegação é armazenada.
- c) O usuário não pode fazer download de arquivos.
- d) Os dados enviados para os servidores são criptografados.

Questão 29

Analise a imagem seguinte, que consiste em uma janela de alerta exibida na tentativa de acesso a uma página *web* no navegador *Firefox*.



A janela acima consiste em uma alerta de:

- a) Certificado não confiável.
- b) Navegação segura.
- c) Tentativa de transferência de malware para o computador do usuário.
- d) Tentativa de transferência de malware para o servidor web.

Questão 30

Assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – *Vírus* é a denominação genérica de programa que infecta o computador podendo fazer cópia de si mesmo e tornar-se parte de outro programa.

II – *Spam* é o envio de mensagens eletrônicas indesejadas ou não solicitadas, muito utilizado para a propagação de outras ameaças.

III – *Phishing* é a tentativa de roubo de informações por meio da clonagem de uma página confiável, tentando induzir o usuário ao erro, muito utilizada para apropriação de dados bancários, usuários e senhas.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item III está correto.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

20 Questões

Questão 31

Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

De acordo com a Constituição da República, são funções institucionais do Ministério Público, dentre outras:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

III - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição;

IV - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

Questão 32

Considerando a disciplina legal dada pela Lei Complementar Estadual 25/98, especificamente quanto à autonomia funcional, administrativa e financeira do Ministério Público do Estado de Goiás, podemos afirmar que:

I - Ao Ministério Público é assegurado praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios, bem ainda elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos.

II - Cabe à instituição propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos e de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos e vantagens dos seus membros e de seus servidores.

III - As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional dos Poderes Judiciário e Legislativo.

IV - Os órgãos do Ministério Público têm asseguradas instalações privativas nos edifícios onde exerçam suas funções, especialmente nos tribunais e nos fóruns, cabendo ao Juiz Diretor do Fórum a administração das dependências do MP na sede do foro local.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

Questão 33

Acerca dos órgãos de assessoramento da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás e suas respectivas atribuições/competências, nos termos da Lei Complementar Estadual 25/98, podemos afirmar:

I - São órgãos de assessoramento da Procuradoria Geral de Justiça: Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Gabinete de Planejamento e Gestão Integrada, Gabinete do Procurador-Geral de Justiça e Assessoria Especial.

II - Ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais compete, dentre outras funções, assistir ao Procurador-Geral de Justiça na promoção da integração dos órgãos de execução do Ministério Público, visando estabelecer ações institucionais, bem ainda promover, sob orientação do Procurador-Geral de Justiça, a interlocução do Ministério Público com os Poderes do Estado e outros órgãos em assuntos de interesse da Instituição.

III - O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos tem por função, dentre outras, aprovar a indicação ou designar servidores para responderem pelo expediente das unidades subordinadas, em caráter permanente ou em substituição e supervisionar as atividades administrativas dos serviços auxiliares que envolvam membros do Ministério Público.

IV - O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos tem por atribuição coordenar os serviços da Assessoria Jurídica e Administrativa, bem como auxiliar e orientar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da proposta orçamentária do Ministério Público, observadas as diretrizes institucionais, e encaminhá-las ao Procurador-Geral de Justiça.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

Questão 34

Conforme estabelece a Resolução 09/2018, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, notícia de fato é qualquer demanda submetida à apreciação dos membros do Ministério Público, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal aquela obtida com a realização de atendimentos, o recebimento de notícias, documentos, representações ou requerimentos dirigidos à atividade-fim do Ministério Público.

Acerca do arquivamento da notícia de fato, é **incorreto** afirmar:

- a) A notícia de fato será arquivada quando o fato narrado já tiver sido objeto de investigação ou de ação judicial ou já se encontrar solucionado.
- b) A notícia de fato será arquivada quando a lesão ao bem jurídico tutelado for manifestamente insignificante, nos termos de jurisprudência consolidada ou de orientação do Conselho Superior do Ministério Público ou for incompreensível.
- c) A notícia de fato poderá ser arquivada quando seu objeto puder ser solucionado em atuação mais ampla e mais resolutiva, mediante ações, projetos e programas alinhados ao Planejamento Estratégico de cada ramo do Ministério Público, com vistas à concretização da unidade institucional.
- d) A notícia de fato será arquivada quando for desprovida de elementos de prova ou de informação mínimos para o início de uma apuração e o noticiante não atender à intimação para complementá-la.

Questão 35

Assinale a alternativa que reúna os princípios institucionais do Ministério Público previstos na Constituição Federal:

- a) unidade, indivisibilidade e vitaliciedade.
- b) indivisibilidade, vitaliciedade e independência funcional.
- c) independência funcional, inamovibilidade e unidade.
- d) unidade, indivisibilidade e independência funcional.

Questão 36

De acordo com o art. 49 da Lei Complementar Estadual de Goiás de nº 25/1998, o controle externo da atividade policial será exercido por meio de medidas judiciais e extrajudiciais. Assinale a alternativa que **não** corresponda a uma atuação, conferida ao membro do Ministério Público pelo referido dispositivo legal, para exercer o controle externo da atividade policial:

- a) requisitar à autoridade competente a instauração de inquérito policial sobre a omissão ou fato ilícito ocorrido no exercício da atividade policial, podendo acompanhá-lo e indicar provas.
- b) ter acesso a documentos relativos à atividade fim policial, desde que haja emissão de decisão judicial autorizativa.
- c) representar à autoridade competente pela adoção de providências para sanar a omissão indevida, prevenir ou corrigir ilegalidade ou abuso de poder.

- d) ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais, civis e militares.

Questão 37

As alternativas abaixo relacionam-se às incumbências dos Centros de Apoio Operacional, previstas na Lei Complementar Estadual de Goiás nº 25/1998. Marque a alternativa que se enquadra nas competências previstas para os Centros de Apoio Operacional.

- a) remeter semestralmente ao Procurador-Geral de Justiça relatório das atividades do Ministério Público relativas às suas áreas de atribuições.
- b) encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público estatística anual e relatório mensal de suas atividades.
- c) prestar auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público na instrução de inquéritos civis ou na preparação e proposição de medidas processuais.
- d) remeter informações técnico-jurídicas, com caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade.

Questão 38

Julgue as assertivas abaixo, que cuidam de matéria concernente à Lei Complementar Estadual de Goiás nº 25/1998, quanto à eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público.

I - O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito, em votação secreta, pelo Conselho Superior do Ministério Público, entre seus integrantes, para mandato de dois anos, em regime de dedicação exclusiva, na primeira quinzena do mês que anteceder o término do mandato, permitida a reeleição, observado o mesmo procedimento.

II - O Corregedor-Geral e o Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público serão nomeados por ato do Procurador-Geral de Justiça e tomarão posse em sessão solene perante o Conselho Superior do Ministério Público, a realizar-se no dia em que se encerrar o mandato de seu antecessor.

III - Em caso de renúncia ou impedimento do Corregedor-Geral do Ministério Público por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos, o Conselho Superior do Ministério Público realizará nova eleição.

Assinale a alternativa que corresponde ao julgamento das assertivas:

- a) I, II e III estão corretas.
- b) II e III estão corretas.
- c) I e III estão corretas.
- d) I, II e III estão incorretas.

Questão 39

Assinale a alternativa **incorreta** acerca da organização do Ministério Público do Estado de Goiás:

- a) O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado é órgão de execução do Ministério Público e órgão auxiliar, uma vez que o Grupo pode auxiliar os Promotores de Justiça do interior.
- b) Os Centros de Apoio Operacional são órgãos auxiliares do Ministério Público, já as Procuradorias de Justiça são órgãos de Administração.
- c) O Colégio de Procuradores de Justiça é órgão da Administração Superior do Ministério Público e órgão de execução do Ministério Público, assim como o Conselho Superior.
- d) A comissão de concurso é órgão auxiliar do Ministério Público, já a Corregedoria Geral é órgão da Administração Superior do Ministério Público.

Questão 40

Acerca da escolha, nomeação e posse do Procurador-Geral de Justiça, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O Procurador-Geral de Justiça tomará posse e entrará em exercício em sessão pública e solene do Colégio de Procuradores de Justiça, na data que completar o mandato de seu antecessor.
- b) São inelegíveis ao cargo de Procurador-Geral de Justiça os membros do Ministério Público que se encontrem afastados do exercício das funções, na forma prevista nos artigos 124 e 125 da Lei Complementar Estadual 25/98, nos 6 (seis) meses anteriores à data da eleição.
- c) O Procurador-Geral de Justiça fará declaração pública de bens no ato da posse, no meio e no término do mandato.
- d) São inelegíveis ao cargo de Procurador-Geral de Justiça os membros do Ministério Público que estejam cumprindo sanção aplicada em processo administrativo disciplinar, bem como os que, à data da eleição, não apresentarem declaração de regularidade dos serviços afetos a seu cargo.

Questão 41

Acerca daquilo que dispõe a Resolução 07/18 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta:

- a) O inquérito civil, de natureza unilateral e facultativa, é procedimento investigatório e será instaurado para apurar fato que possa autorizar a defesa dos interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, nos termos da legislação aplicável, servindo para o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais do Ministério Público.
- b) O procedimento investigatório criminal será instaurado por portaria fundamentada, devidamente registrada no sistema eletrônico ATENA e autuada, com a indicação dos fatos a serem investigados e deverá conter, sempre que possível, o nome, o número de inscrição no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas e demais dados de qualificação de seu autor, bem como a determinação das diligências iniciais, se houver.
- c) Em poder de qualquer notícia de fato de natureza criminal, o membro do Ministério Público promoverá a ação penal cabível ou instaurará procedimento investigatório criminal, não podendo promover seu arquivamento sem uma apuração prévia.
- d) Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem a apuração de infração penal ou que se destine à tutela de interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deverá o membro do Ministério Público instaurar o procedimento de investigação pertinente ou encaminhar a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição para tanto.

Questão 42

Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos.
- b) A recomendação será fundamentada, mediante a exposição dos argumentos fáticos e jurídicos justificadores de sua expedição, devendo ser utilizada, preferencialmente, antes da propositura de ação judicial. Não poderá ser expedida recomendação que tiver como destinatária a mesma parte e por objeto o mesmo pedido de ação judicial, salvo situações excepcionais justificadas por circunstâncias de fato e de direito e pela natureza do bem defendido, devidamente motivadas e desde que não contrarie decisão judicial.
- c) O compromisso de ajustamento de conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração. É vedado ao órgão do Ministério Público fazer concessões que impliquem renúncia aos direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, cingindo-se a negociação à interpretação do

direito para o caso concreto, à especificação das obrigações adequadas e necessárias, em especial o modo, o tempo e o lugar de cumprimento, bem como à mitigação, à compensação e à indenização dos danos que não puderem ser recuperados.

- d) O compromisso de ajustamento de conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração. A celebração do compromisso de ajustamento de conduta só afasta a possível responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato, se constar expressamente no respectivo acordo extrajudicial.

Questão 43

Segundo previsto na Resolução 09/2018, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, o procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim que se destina, dentre outras hipóteses também previstas na mencionada Resolução, a:

- a) acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo de não persecução cível.
- b) apurar fato que possa autorizar a defesa dos interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, nos termos da legislação aplicável.
- c) investigar fatos cíveis ou criminais imputados a determinada pessoa, em função de ilícito específico praticado.
- d) promover a adequação de determinada conduta às exigências legais e constitucionais, passando, a partir de sua celebração, a ter eficácia de título executivo extrajudicial.

Questão 44

Conforme previsão da Resolução 09/2018, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, a arguição de suspeição ou de impedimento do presidente do inquérito civil será formalizada:

- a) em peça própria, sendo posteriormente concedido prazo para apresentação das razões e apresentação da prova do fato constitutivo alegado.
- b) oralmente, por meio de mídia audiovisual, oportunidade em que serão apresentadas as razões e a prova do fato constitutivo alegado, sob pena de não conhecimento.
- c) em peça própria, acompanhada das respectivas razões e instruída com a prova do fato constitutivo alegado, sob pena de não conhecimento.
- d) em peça própria ou oralmente, acompanhada das respectivas razões e instruída com a prova do fato constitutivo alegado, sob pena de não conhecimento.

Questão 45

Conforme previsão da Resolução 07/2018, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, a proposta de acordo de não persecução penal poderá ser proposta pelo membro do Ministério Público quando:

- a) cominada pena mínima igual ou inferior a 4 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, o investigado confessar formal e circunstanciadamente a sua prática, além de outras condições, ajustadas cumulativamente.
- b) cominada pena máxima inferior a 4 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, o investigado confessar formal e circunstanciadamente a sua prática, além de outras condições, ajustadas cumulativa ou alternativamente.

- c) independentemente da quantidade de pena prevista abstratamente em lei, o crime não for cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, o investigado confessar formal e circunstancialmente a sua prática, além de outras condições, ajustadas cumulativamente.
- d) cominada pena mínima inferior a 4 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, o investigado confessar formal e circunstancialmente a sua prática, além de outras condições, ajustadas cumulativa ou alternativamente.

Questão 46

Assinale abaixo a única alternativa que não prevê hipótese de atribuição do Corregedor-Geral do Ministério Público, nos moldes da Lei Complementar Estadual 25/98:

- a) Integrar, como membro nato, o Conselho Superior do Ministério Público e o Colégio de Procuradores de Justiça, sem direito a voto quando do julgamento de suas postulações e de recurso a que tenha dado causa.
- b) Propor, ao Conselho Superior do Ministério Público, reclamações quanto ao quadro geral de antiguidade do Ministério Público.
- c) Decidir sobre a vitaliciedade de membros do Ministério Público.
- d) Elaborar o regulamento de estágio probatório e encaminhar ao Conselho Superior do Ministério Público para aprovação.

Questão 47

Com base na Lei Estadual nº 14.810, de 01 de julho de 2004, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – O ingresso nas categorias do Quadro Permanente dar-se-á na classe e referência iniciais, mediante concurso público de provas e títulos, sendo que o tempo de serviço prestado ao Ministério Público do Estado de Goiás será computado como título nos termos do respectivo edital.

II - Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo no âmbito da instituição ficarão sujeitos a um período de estágio probatório de três (03) anos, durante o qual serão apurados os requisitos necessários para a aquisição da estabilidade.

III - O não atendimento dos requisitos necessários para aquisição de estabilidade implicará na instauração de processo de exoneração do servidor nomeado, resguardada a ampla defesa e o contraditório.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 48

Com base na Lei Estadual nº 14.810, de 01 de julho de 2004, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I - O desenvolvimento dos servidores nas carreiras dos serviços auxiliares e administrativos do Ministério Público do Estado de Goiás, nos termos da Lei Estadual nº 14.810/04, far-se-á mediante processos de promoção vertical e progressão funcional, sempre precedido de avaliação de desempenho.

II - Promoção vertical é a elevação do servidor de uma classe para a imediatamente superior, dentro do mesmo cargo, da mesma categoria funcional e do mesmo grupo ocupacional.

III - Progressão horizontal é a mudança do servidor de uma referência de vencimento para a seguinte, dentro da classe a que pertença e far-se-á por merecimento e antiguidade, alternadamente, observado o processo de avaliação de desempenho.

- a) Nenhum item está correto.

- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 49

Com base na Lei Estadual nº 14.810, de 01 de julho de 2004, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I - A Comissão Especial de Promoção será composta por três membros escolhidos pelo Procurador-Geral de Justiça e por três representantes dos servidores, escolhidos por seus pares para um mandato de dois anos.

II - A Comissão Especial de Promoção terá regulamento próprio aprovado por Ato do Procurador-Geral de Justiça.

III - Em nenhuma hipótese, os servidores integrantes da Comissão Especial de Promoção participarão dos processos de promoção, progressão e avaliação de desempenho dos servidores dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Goiás.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 50

Com base na Lei Estadual nº 14.810, de 01 de julho de 2004, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I - O servidor fará jus, anualmente, a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

II - Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

III - É vedado levar à conta de férias qualquer falta injustificada ao serviço.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

PROVA DISCURSIVA

02 Questões

Nos termos do Edital, cada questão da prova discursiva deverá ser respondida com extensão mínima de 5 (cinco) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas.

Questão 01

O Promotor de Justiça instaurou, de ofício, uma notícia de fato, para apurar eventual desmatamento ambiental narrado por um vereador, que teria sido cometido por um pecuarista. Passados 130 (cento e trinta) dias, o Promotor de Justiça, após averiguar minuciosamente os elementos probatórios anexados aos autos extrajudiciais, deliberou por arquivar a notícia de fato, mediante decisão fundamentada. Pergunta-se:

- Neste caso, o Promotor de Justiça deve prorrogar o prazo da notícia de fato? Justifique.
- Descreva as hipóteses de arquivamento, pelo membro do Ministério Público, previstas na Resolução nº 09/2018 do Colégio de Procuradores.
- Há necessidade de se cientificar o noticiante da decisão? Caso a resposta seja positiva, qual forma deve ser empregada para cientificar o noticiante?

Questão 02

Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público, o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público visa o fortalecimento da instituição, a partir da construção de uma agenda estratégica capaz de alinhar aos ramos do MP em torno de objetivos comuns, com foco na melhoria dos serviços prestados à sociedade. A elaboração da estratégia respeitará as autonomias e a independência funcional de cada instituição, buscando definir diretrizes convergentes, que possam contribuir para a maior eficiência do Ministério Público.

A qual órgão do Ministério Público do Estado de Goiás compete a assessoria direta e imediata ao Procurador Geral de Justiça na elaboração e implantação do planejamento estratégico da instituição? Defina duas outras atribuições desse órgão, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 25/98.

REDAÇÃO

Nos termos do Edital, o texto da redação deverá ter extensão mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

O direito à moradia

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Apenas 52,5% (30 milhões) dos domicílios brasileiros têm abastecimento de água, esgoto sanitário ou fossa séptica, coleta de lixo e até dois moradores por dormitório, condições consideradas adequadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dentro dos 52,5% em domicílios adequados, 63% dos brancos, 45,9% dos pretos e 41,2% dos pardos vivem neles. Já aqueles que vivem em aglomerações impróprias, as chamadas favelas, formam um total de 11 milhões de brasileiros.

Por outro lado, existem (ainda que muitos não percebam) aqueles que não tem moradia qualquer, ou seja, em situação de rua, totalizando, entre agosto de 2007 e março de 2008, um total de 31.992 adultos (levantamento do Ministério de Desenvolvimento Social em parceria com a Unesco).

(GARCIA, Natalie. Os 7 direitos constitucionais mais violados no Brasil. *Justificando*, 29 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.justificando.com/>. Acesso em 04/06/2022)

A partir da leitura do texto acima e com base nos conhecimentos obtidos ao longo da sua formação, elabore uma redação acerca da atuação do Ministério Público visando a garantia do direito fundamental à moradia.